

Indenização de Fronteira: Luta pela ampliação do benefício continua

A Condsef/Fenadsef acompanha a tramitação da Medida Provisória (MP) 1.375/2026, que inclui servidores da carreira de Analista Técnico do Poder Executivo Federal (ATPE) e do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) entre os beneficiários da Indenização de Fronteira, prevista na Lei nº 12.855/2013.

A Comissão Mista responsável pela análise da MP tem reunião convocada para 1º de setembro. O prazo de vigência da medida é de 60 dias, prorrogável por igual período, com término previsto para 31 de outubro.

A extensão da indenização às regiões transfronteiriças é uma reivindicação antiga da Condsef/Fenadsef. A entidade apresentou 43 emendas durante a tramitação do projeto que resultou na Lei nº 15.367/2026, que ampliou o alcance do benefício.

Para os servidores da carreira de ATPE, a MP corrige uma distorção provocada pela criação da própria carreira. Esses trabalhadores já recebiam a indenização por atuarem em regiões estratégicas de fronteira, mas tiveram o pagamento interrompido após a mudança na estrutura da carreira, apesar de continuarem exercendo



as mesmas funções e nas mesmas localidades.

A medida garante o benefício aos servidores ATPE em exercício na Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Também reconhece como regulares os pagamentos realizados entre 31 de março de 2026 e a publicação da MP.

Extensão para a Funai

Apesar do avanço, a luta pela ampliação da Indenização de Fronteira continua. A Condsef/Fenadsef defende a inclusão dos servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que atuam diretamente na proteção

territorial e em regiões estratégicas de fronteira.

As entidades cobram do governo uma revisão do entendimento que exclui esses servidores do benefício. A Funai exerce poder de polícia administrativa na proteção e fiscalização das terras indígenas e atua no enfrentamento de crimes como garimpo ilegal, exploração de madeira, narcotráfico e biopirataria.

A mobilização também busca apoio no Congresso Nacional para garantir o reconhecimento dos direitos dos servidores que desempenham funções essenciais à proteção das fronteiras e dos territórios indígenas.

Com informações da Condsef



40 anos de lutas: da creche ao fim da 6x1, mulheres mudaram a luta sindical

Em 40 anos, mulheres trabalhadoras levaram para a CUT os debates sobre o cuidado, os direitos reprodutivos, a disputa pelo tempo e o enfrentamento permanente à violência e ao feminicídios

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)

30 anos de urna eletrônica: tecnologia, democracia e defesa das eleições

Em 2026, a urna eletrônica completa 30 anos de utilização no Brasil. Criada pela Justiça Eleitoral e usada pela primeira vez nas eleições municipais de 1996, a tecnologia transformou o processo de votação e apuração no país. Inicialmente adotada por parte do eleitorado, passou a ser utilizada em todo o território nacional a partir das eleições municipais de 2000.

A implantação das urnas ocorreu durante o processo de consolidação das instituições democráticas após o fim da ditadura militar. Até então, a votação era realizada por meio de cédulas de papel e a apuração manual podia levar dias. Com a informatização, a contagem e a divulgação dos resultados tornaram-se mais rápidas e eficientes.

Nas eleições de 1996, mais de 32 milhões de brasileiros votaram por meio das urnas eletrônicas. Desde então, o sistema passou a ser utilizado em eleições para presidente da República, governadores, Senado, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, prefeituras e câmaras municipais.

Ao longo dessas três décadas, mecanismos de fiscalização e auditoria também foram ampliados. Partidos políticos, Ministério Público, Polícia Federal, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras instituições acompanham diferentes etapas do processo eleitoral. Entre os procedimentos estão os Testes Públicos de Segurança, a fiscalização dos sistemas e a emissão dos Boletins de Urna, que regis-

tram os votos contabilizados em cada equipamento.

Ataques e desinformação

Apesar de três décadas de utilização, as urnas eletrônicas passaram a ser alvo de uma intensa campanha de ataques e desinformação, especialmente a partir de 2018. Lideranças da extrema direita passaram a questionar a segurança do sistema e a divulgar acusações de fraude sem apresentar provas capazes de comprovar qualquer manipulação dos resultados.

Os ataques se intensificaram durante as eleições de 2022. O então presidente Jair Bolsonaro e seus aliados fizeram sucessivas declarações contra a segurança das urnas e contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mesmo após a divulgação do resultado, que deu a vitória a Luiz Inácio Lula da Silva, a campanha de desinformação continuou.

O ambiente de radicalização contribuiu para manifestações que contestavam o resultado eleitoral e defendiam uma intervenção militar. O processo culminou nos ataques de 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram invadidas e depredadas.

Defesa da democracia

Durante as eleições de 2022, a CUT, movimentos sociais e organizações populares participaram de mobilizações em defesa da democracia e de eleições livres. As iniciativas buscaram combater a violência política e a disseminação de informações fal-

sas contra o processo eleitoral.

A segurança das urnas é acompanhada por diferentes instituições antes, durante e depois das eleições. Em 2022, missões internacionais também acompanharam o pleito. A Organização dos Estados Americanos (OEA) informou que não identificou irregularidades que colocassem em dúvida os resultados das eleições.

Reunião com embaixadores e inelegibilidade

Em julho de 2022, Bolsonaro reuniu embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada e fez uma apresentação com ataques ao sistema eleitoral, repetindo acusações contra as urnas sem apresentar provas.

O episódio foi analisado pelo TSE. Em junho de 2023, o tribunal declarou Bolsonaro inelegível por oito anos, até 2030, por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. A decisão considerou que o então presidente utilizou a estrutura pública para divulgar informações falsas e lançar dúvidas sobre a integridade das eleições.

A trajetória das urnas eletrônicas, portanto, também se confunde com a própria história recente da democracia brasileira. Após 30 anos de uso, o sistema permanece no centro do debate público, enquanto mecanismos de fiscalização, auditoria e participação institucional buscam assegurar a transparência e a legitimidade das eleições.

Com informações da CUT